



Primitivo Moacyr e a produção historiográfica: entre o *modus operandi* do IHGB e a chancela do INEP

Rosana Areal de Carvalho* e Raphael Ribeiro Machado

Departamento de Educação, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Rua do Seminário, 35420-000, Mariana, Minas Gerais, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: rosanaarealdecarvalho@gmail.com

RESUMO. Tendo como premissa a intencionalidade da produção historiográfica, articulada à condição científica aplicada à educação pelos signatários do Manifesto de 1932, buscamos apontar elementos para melhor compreender a publicação dos livros de Primitivo Moacyr no complexo cenário das décadas de 30 e 40 do século XX no Brasil. Sob os auspícios do *modus operandi* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, Moacyr produziu uma história da educação divulgada em congressos históricos e publicada pela Companhia Editora Nacional. Em seguida, vinculou-se como pesquisador colaborador ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP, publicando vários volumes pela Imprensa Oficial, alcançando a chancela pública. Para intervir, reformar ou revolucionar a educação brasileira, era preciso conhecer as ações já impetradas e recolher, sistematicamente, as experiências educacionais. Esta foi a meta perseguida com a criação do INEP, para a qual a contribuição de Moacyr foi lapidar. Concluímos que Moacyr inaugurou uma escrita da história da educação brasileira com as pesquisas arquivísticas.

Palavras-chave: História da Educação, historiografia educacional, instrução pública.

Primitivo Moacyr and historiography: between the IHGB's *modus operandi* and INEP's authorization

ABSTRACT. Topics for a better understanding of the publications of Primitivo Moacyr's books in the complex scenario of the 1930s and 1940s in Brazil are analyzed. They are foregrounded on the intentionality of historical production and the scientific status applied to education by the signatories of the 1932 Manifesto. Under the aegis of the *modus operandi* of the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB), Moacyr produced a history of education disseminated in historical congresses and published by the Companhia Editora Nacional. Further, he became a researcher for the National Institute of Pedagogical Studies (INEP) and several books were published by the government press. In fact, he achieved national acknowledgement. INEP's aimed at acknowledging and systematically retrieving educational experiences to intervene in, reform or revolutionize Brazilian education, to which Moacyr's contributions were highly relevant. Results show that Moacyr started a type of History of Brazilian Education retrieved from archive research.

Keywords: History of Education, Educational historiography, public education.

Primitivo Moacyr y la producción historiográfica: entre el *modus operandi* del IHGB y el sello del INEP

RESUMEN. Teniendo como premissa la intencionalidad de la producción historiográfica, articulada a la condición científica aplicada a la educación por los signatarios del Manifesto de 1932, buscamos señalar elementos para comprender mejor la publicación de los libros de Primitivo Moacyr en el complejo escenario de las décadas de 30 y 40 del siglo XX en Brasil. Bajo los auspicios del *modus operandi* del Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, Moacyr produjo una historia de la educación propagada en congresos históricos, y publicada por la Compañía Editora Nacional. Enseguida, se vinculó como investigador colaborador al Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP, publicando varios volúmenes por la Prensa Oficial, alcanzando el sello público. Para intervenir, reformar o revolucionar la educación brasileña, era necesario conocer las acciones ya impetradas y recoger, sistemáticamente, las experiencias educacionales. Esta fue la meta perseguida con la creación del INEP, siendo la contribución de Moacyr lapidarla. Concluimos que Moacyr inauguró una escritura de la historia de la educación brasileña con las investigaciones arquivísticas.

Palabras clave: Historia de la Educación, historiografía educacional, instrucción pública.

Introdução

As condições em torno da publicação dos livros de Primitivo Moacyr têm sido objeto de investigação privilegiado em nossas pesquisas. Compreendemos as décadas de 30 e 40 do século XX como um tempo no qual foram dados passos largos em prol da modernização do Estado brasileiro, com destaque para a implantação de um aparato burocrático. Em razão do campo no qual se insere este trabalho, ou seja, a historiografia educacional, destacamos a criação do Ministério da Educação e Saúde (1931) e o Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas - INEP (1937).

A partir dos anos 20, os interesses educacionais estiveram voltados para os postulados escolanovistas que, diferentemente da trajetória europeia e norte-americana, encontrou no Brasil defensores da prática de tal pedagogia no espaço público. Não por acaso, dentre aqueles que assinaram o Manifesto dos Educadores da Escola Nova (1932), poucos não se alinharam às fileiras do Estado Novo (1937-1945), pois desde a criação do Ministério da Educação e da Saúde, o governo Vargas vinha acenando positivamente para as ações desenvolvidas por eles. O próprio manifesto – originalmente um artigo amplamente publicado na imprensa, *A reconstrução nacional no Brasil: ao governo e ao povo*, depois acrescido do valor simbólico de um manifesto – foi escrito a partir de um convite do presidente Getúlio Vargas para que os educadores presentes à IV Conferência da Associação Brasileira de Educação – ABE, no Rio de Janeiro, em dezembro de 1931, apresentassem uma proposta para a educação nacional consoante o governo revolucionário. O movimento em prol da educação pública no Brasil ganha destaque nas reformas educacionais promovidas por educadores signatários do ‘Manifesto’ e filiados à ABE, criada em 1924.

O processo de urbanização e industrialização em voga, respondendo pelo desenvolvimento capitalista, também contribuiu para a atividade educacional, duplamente. Por um lado, ao estabelecer novos interesses a serem alcançados pela escola no campo da formação; por outro lado, ao acelerar o processo migratório, trazendo para as cidades uma população que, visando ao ingresso no mercado de trabalho em expansão, aumentava a demanda pela escola pública. A educação como pauta principal também pode ser relacionada com os projetos de república então resgatados, reafirmando a missão da escola na produção de um novo tempo.

Visto por esse ângulo, é perfeitamente compreensível a criação do Ministério da Educação e Saúde, pelo Decreto nº 19.444, de 1930, dirigido por

Francisco Campos até 1932 e por Gustavo Capanema, de 1934 a 1945, quando finda o Estado Novo. O conjunto de reformas encabeçado por Francisco Campos, em 1931, demonstra a disposição do governo Vargas em tratar a educação como questão nacional; posição mantida quando das Leis Orgânicas do Ensino, postas em vigor entre 1942 e 1946.

A Constituição de 1934 deu continuidade ao federalismo delineado pela Constituição de 1891, sem deixar de contemplar os tantos aspectos relacionados às mudanças em curso. Sobre a ordem econômica e social, sobre a família e sobre a educação e a cultura, versaram títulos inexistentes nas constituições anteriores, no rol da ampliação dos direitos civis e sociais. Estabelecia o princípio do ensino primário gratuito e da frequência obrigatória, sendo facultativo o ensino religioso, aberto a todos os credos.

Para Cury (2005), somente na Constituição de 1988 teremos um capítulo tão completo sobre a educação, vista então como um direito social próprio da cidadania. Foram muitos os compromissos assumidos constitucionalmente e, se nem todos foram efetivados, não estavam desprovidos de valor:

E esses compromissos serão bandeiras de lutas em prol de uma educação pública de qualidade mesmo quando o autoritarismo ditatorial impôs sua marca explícita na sociedade brasileira. É o caso de 1937 com o golpe do Estado implantando a ditadura do Estado Novo (Cury, 2005, p. 23).

Para Cury, ocorre um retrocesso quanto ao papel do estado, colocando este como “[...] subsidiário da família e do segmento privado na oferta da educação escolar” (Cury, 2005, p. 23). Venceram os conservadores católicos!? A exclamação e a interrogação emparelham-se com a complexidade do cenário político do Estado Novo. Complexidade porque a convivência entre posições políticas diversas foi tônica constante entre 1937 e 1945; forças antagônicas continuaram presentes em postos-chave do governo.

Segundo Velloso (1987), a contradição e o antagonismo estavam na raiz do projeto educativo do Estado Novo. O Ministério da Educação, dirigido por Gustavo Capanema e o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, sob a batuta de Lourival Fontes, foi exemplo disso.

Entre estas entidades ocorreria uma espécie de divisão do trabalho: o ministério Capanema voltava-se para a formação de uma cultura erudita, preocupando-se com a educação formal; enquanto que o DIP buscava, através do controle das comunicações, orientar as manifestações da cultura popular (Velloso, 1987, p. 4).

Em torno de Capanema, reunia-se um grupo de intelectuais ligados à vanguarda do movimento modernista, como Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Mário de Andrade, Portinari. Na composição do DIP, estava Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Cândido Motta Filho, intelectuais caracterizados por um pensamento centralista e autoritário, contribuindo para o rígido controle dos meios de comunicação. Em comum, estabeleciam uma íntima relação entre a propaganda política e a educação: “Apresentando-se como o grupo mais esclarecido da sociedade, os intelectuais buscavam ‘educar’ a coletividade de acordo com os ideais doutrinários do regime” (Velloso, 1987, p. 4.).

Neste exercício de análise e reflexão que ora compartilhamos, insere-se o propósito de explicitar alguns elementos possíveis para o delineamento dos laços que vão se tecendo em torno do processo de modernização estatal, pela reconfiguração das agências do Estado, tanto quanto pelos seus agentes e, por que não, pelo propósito imputado ao sistema educacional no sentido de formar cidadãos para esse novo país. Primitivo Moacyr foi um desses agentes.

As raízes – Moacyr e a instrução imperial

Baiano de Salvador, nascido em 1867, Moacyr teve seus primeiros contatos com a instrução pública como professor de primeiras letras em Lençóis, no interior da Província da Bahia. Em seguida, transferindo-se para Recife, a convite do presidente da Província de Pernambuco, trabalhou no Liceu da capital. Para coroar esse percurso evolutivo, provavelmente instigado pelas experiências e pelo ambiente ali vivenciado, seguiu para o Rio de Janeiro. Não mais a corte, mas a capital republicana, continuava exercendo uma forte atração sobre os jovens das províncias do norte. Em 1894, diplomou-se em Direito pela Faculdade Livre do Rio de Janeiro.

O início do século XX já o encontrou funcionário da Câmara de Deputados. Na função de redator e relator dos debates parlamentares, dedicou mais de trinta anos de sua vida. Não tendo sido objeto de muitos trabalhos biográficos, são poucas as informações disponíveis sobre a trajetória de Primitivo Moacyr. A tese defendida por Luiz Antônio de Oliveira, em 2014, apresentou dados importantes sobre Moacyr, tanto no âmbito pessoal e familiar quanto no profissional. Da parte de seus contemporâneos, são muitos os elogios. Francisco Venâncio Filho, por exemplo, em artigo dedicado a Moacyr na Revista Cultura Política, reputa a este a iniciativa de elaboração dos Documentos Parlamentares, cujo objetivo era dar publicidade aos

debates dos mais variados temas ocorridos no plenário da casa legislativa.

O *debut* de Moacyr na produção bibliográfica ocorreu, em 1916, com *O ensino público no Congresso Nacional: breve notícia*, reunindo algumas passagens dos debates parlamentares sobre a educação. Para Carvalho e Mesquita (2013),

[...] ao expor tal documentação, Primitivo Moacyr produziu elementos para uma crítica contundente à produção legislativa brasileira, cuja inoperância aparece em cada projeto, independente da qualidade e acerto deste. Assim, é possível justificar e cultivar uma descrença quanto ao futuro educacional se este dependesse, apenas, das ações legislativas (Carvalho & Mesquita, 2013, p. 52).

Este livro inaugura uma trajetória de dimensão inigualável que terá lugar entre os anos de 1936 e 1942 quando, já desfrutando da aposentadoria, Moacyr dedicou-se à escrita educacional. Nesse curto espaço de seis anos – tendo falecido em outubro de 1942, publicou quinze livros tratando da educação brasileira no período imperial e republicano até os anos 30 e mais dois trabalhos apresentados em congressos organizados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB.

A produção moacyrniana sobre a instrução nos tempos do Império presente nas publicações da Coleção Brasileira (estas obras tem livre acesso no portal da Brasileira), sob a égide de Fernando de Azevedo, pela Companhia Editora Nacional é composta de seis volumes. Os volumes intitulados de *A Instrução e Império* somam-se três. Os outros três volumes cobrem *A Instrução e as Províncias*. Todos foram organizados de forma temática, segundo classificação do autor.

O primeiro volume de *A Instrução e o Império* (MOACYR, 1936) reúne a documentação mais relevante sobre a História da Educação no Brasil Imperial entre os anos de 1823 e 1853, embora retrocedendo para abordar as atividades jesuíticas e a administração joanina. Inicia sobre a Constituinte de 1823 e as reformas que se seguiram, apresentando programas escolares e estatísticas do setor, além dos diversos ramos do ensino então ministrados, como o jurídico, o médico, o profissional, o artístico, o científico e o militar. O segundo volume (Moacyr, 1937) cobre o período entre os anos de 1854 e 1888 em que o autor apresenta e analisa as principais reformas que atingiram o ensino naquele momento da história brasileira, promovidas por Paulino de Souza, João Alfredo, Leôncio de Carvalho, Rui Barbosa, Almeida de Oliveira e o Barão de Mamoré. Os três últimos capítulos têm como base documentação relativa aos planos, às sugestões e às

informações de Manuel Dantas, Leão Veloso e Antunes Maciel para a instrução pública e um congresso realizado em 1883. O terceiro e último volume (MOACYR, 1938) abrange o período de 1854 a 1889 e traz, novamente, uma documentação sobre os diferentes setores do ensino jurídico, médico, politécnico, profissional, normal, religioso e artístico; detêm-se, ainda, nos exames preparatórios, nos cursos livres superiores e nas instituições científicas e literárias.

O prefácio de Afrânio Peixoto, amigo particular e natural de Lençóis – Bahia, no 1.º Volume de *A instrução e o Império* (1823-1853), vindo a público em 1936, dá algumas pistas e destaca uma virtude em Moacyr, referenciada também por Francisco Venâncio no artigo *Primitivo Moacyr e a história da educação* (1943). Afirmo Peixoto (1936, p. 8) que o autor, ‘modestamente’, pensa que os seus livros contribuirão para “[...] a futura história da educação brasileira [...]”, no que retruca o prefaciador, dizendo:

Ela já está aqui, neste livro, novo, original, prestante, e, às vezes, melancólico, sobre iniciativas, a sequência de nossas ideias, a descontinuidade de nossas ações [...] O Brasil é principalmente Brasil, em educação [...] (Peixoto, 1936, p. 8).

Sobre a operação historiográfica, Afrânio afirma que “[...] no Brasil não se pesquisa. [...] A história nessas condições é repetição, é comentado, é fantasia interpretativa” (Peixoto, 1936, p. 7). Diferentemente o fez Moacyr que,

[...] sobre educação nacional, investigou, nos arquivos, nas bibliotecas, nos livros, nos relatórios de governo e, de tudo, fez um livro objetivo, sem comentários, nem conclusões. Portanto, obra rara que vai produzir gerações de historiadores, que não o citarão... Que lhe importará? Que lhe importará mesmo o maldigam, depois de copiá-lo? (Peixoto, 1936, p. 7).

Uma carta de Anísio Teixeira abre o 3.º Volume (1854-1889, abordando os diversos níveis de ensino). Nesta missiva, acusa recebimento do segundo volume (1854-1888, no qual trata, em especial, das reformas educacionais), tece algumas considerações e também elogia o trabalho de Primitivo Moacyr. Teixeira faz uma leitura dos esforços inócuos no campo da educação brasileira, caracterizado por “[...] grandes planos gerais, com grandes debates de princípios, chocando ideais educativos [...]” ao invés de “[...] estudar os problemas concretos [...]”, de “[...] analisar as necessidades reais e típicas [...]”, de forma a “[...] examinar as dificuldades e facilidades características de execução, de realização [...]”. Afirmo que o trabalho de Moacyr “[...] é um primeiro passo para o

estudo intelectual da educação nacional. Com os seus volumes, estamos a sentir ao vivo como nunca faltaram ideias [...]” (Teixeira, 1938, p.11-12). Muito ao contrário, à abundância de ideias contrapunha a inoperância generalizada. Conclui dizendo:

Se ao lado dos seus quatro volumes de história das ideias educacionais do Brasil, se fizer a história das realidades educativas do Brasil, talvez não se consiga senão um volumezinho mofino e franzino. Somos, assim esgalhados e frondosos em ideias, e pecos e estéreis, em frutos. O seu grande serviço está sendo o de nos mostrar isso e não apenas nos dizer isto. (Teixeira, 1938, p. 12).

Apesar de contar com ampla e farta documentação, as passagens não são expostas sem apresentar introduções ou comentários posteriores, mostrando-se não como um mero acúmulo de fonte, mas como uma obra que utiliza da seleção documental metodologicamente disposta pelo autor. A própria organização temática de cada volume, bem como as diferenças entre estes, apresenta rigor na proposição e composição da obra.

O primeiro volume apresenta uma página com referências bibliográficas – dez ao todo – que vão desde a coleção de Leis do Reino de Portugal (1759-1808) e do Reino do Brasil (1808-1850) aos Relatórios do Ministério do Império (1830-1850), aos Anais da Assembleia Geral Legislativa (1823-1850). Traz à tona uma conferência ministrada por Serafim Leite, no Instituto de Educação, em 1934, além de duas obras em francês: *Essais statistiques sur le Royaume de Portugal et D'Algarve*, de Adrien Balbi, de 1822, e *Instruction publique au Brésil*, de Pires de Almeida, de 1882. Cita o livro de Afrânio Peixoto – *Cem anos de Ensino Primário (1826-1926)*, destacando o capítulo ‘Centenário do poder legislativo’ e o artigo de Moreira de Azevedo – *A Instrução nos tempos coloniais*, publicado na Revista do IHGB. Menciona, ainda, a Revista da Universidade do Rio de Janeiro (nº 2 - dezembro de 1932). Os demais volumes não apresentam referências bibliográficas, tendo em vista que a bibliografia presente no primeiro livro serviu de base para todos e pelo próprio caráter introdutório deste.

As citações ao fim do primeiro volume apontam a diversidade da leitura bibliográfica do autor, mesclando o uso das fontes documentais oficiais, como estatísticas, pronunciamentos, reformas escolares, discursos políticos com a produção literária de intelectuais brasileiros e estrangeiros de seu tempo e de tempos anteriores. As indicações bibliográficas nos incitam a pensar no cuidado de Primitivo Moacyr em apreciar e considerar a produção existente sobre a instrução pública no Brasil.

Para cada volume, Moacyr apresentou um conjunto de notas que refletem modalidades distintas no ofício historiográfico. No primeiro, as notas se concentram em explicações sobre os diversos capítulos. Cada nota é composta por trechos dos documentos e obras citados anteriormente, em comunhão com comentários expositivos do autor. No segundo e terceiro volumes, Moacyr apresenta notas referenciando passagens do livro do conhecido viajante Louis Agassiz sobre a instrução no Brasil, comentando cada uma delas. Ainda no terceiro volume, cita trechos das Falas do Trono (mensagens do Imperador ao Parlamento), também referentes à instrução pública entre os anos de 1854 a 1889, além de outros verbetes.

Nos três volumes de *A Instrução e as Províncias* (MOACYR, 1939, 1940) o trabalho metodológico segue a mesma linha da coletânea sobre o Império. Sob o tema regional e se utilizando de farta documentação sobre a história do ensino nas províncias do Brasil Imperial, Primitivo Moacyr cobre os diferentes setores do ensino, os exames e as instituições culturais, científicas e literárias entre os anos de 1834 e 1889. O primeiro volume abrange as províncias de Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. No segundo volume, discorre sobre as províncias de Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso. As informações sobre as províncias de Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás compõem o terceiro volume. Desconhecemos os motivos das divisões provinciais para cada volume; mas é possível afirmar que a apresentação cronológica responde à forma de organização das diversas fontes oficiais pesquisadas, expondo as propostas educacionais, reformas escolares, leis do ensino, dentre outros, no período de 1834 a 1889. São fontes provinciais, produzidas em cada canto do país imperial e outras, de origem nacional, se entrelaçando na trama que Moacyr constrói em cada capítulo.

Assim como nos volumes sobre o Império, a bibliografia só é encontrada no primeiro volume de *A Instrução e as Províncias: relatórios dos presidentes de províncias*, a Coleção das leis provinciais, os relatórios dos diretores gerais de instrução pública; acrescido de um texto jornalístico de Tavares Bastos publicado em 'A Província', de 1870; *Viagens ao Brasil* (1866/1867) de Louis Agassiz, cujos trechos estiveram presentes nas notas na coletânea sobre a instrução pública no Império; e, por fim, *Um inventor brasileiro*, de Ataliba Nogueira (1934). Tais obras e o modo como foram utilizadas denunciam um rigor metodológico ao utilizar variada

documentação oficial em conjunto com produções nacionais sobre a educação.

Também nesses volumes Moacyr lança mão das notas. No primeiro volume, as notas se concentram em explicações sobre o que fora exposto em cada capítulo, utilizando-se das bibliografias contidas no mesmo volume. Já no segundo, temos uma diversidade de fontes como a *Estatística da instrução nas províncias*, do Ministro do Império Paulino José Soares Ferreira, de 1869, transcrita na íntegra, com comentários de Moacyr; as leis matrizes da nossa instrução, tomando a Lei Francesa de 28 de junho de 1833 promulgada pelo ministro Guizot, como referência para toda a legislação provincial até 1854; dados estatísticos sobre a instrução na Europa e nos Estados Unidos e breves textos sobre o Magistério, Prédios escolares, Livros Escolares, produzidos a partir de notas tomadas aos *Ensaios administrativos*, de Francisco Octaviano, publicados no *Jornal do Comércio*, em 1851. No terceiro volume, as notas se concentram no Plano de educação ou ensino público (1826), que teve como base a *Carta XII de Americus*, citada por Miguel Calmon du Pin e Almeida. Cada passagem desse plano foi comentada com longos parágrafos de *Primitivo Moacyr*. Assim, tanto nos volumes sobre o Império quanto sobre as Províncias, podemos perceber uma preocupação com os usos das fontes e a apresentação destas, bem como a voz do autor sempre presente.

As fontes utilizadas por Moacyr e que permitiram tamanha produtividade foram os documentos do Estado, tanto da esfera legislativa quanto executiva, no nível federal e provincial/estadual. Lançou mão de copiosa documentação oficial, dentre documentos parlamentares, legislações, relatórios de presidentes de províncias, de diretores da instrução pública e outros sujeitos envolvidos no cenário educacional, particularmente no campo da administração escolar em seus diversos níveis. Para Saviani (2004), o termo fonte, em português, aponta para dois significados.

Por um lado, significa o ponto de origem, o lugar de onde brota algo que se projeta e se desenvolve indefinidamente e inesgotavelmente. Por outro lado, indica a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se busca compreender (Saviani, 2004, p. 4).

Não escapa, portanto, nesse conceito, a ideia de nascente, manancial. Entretanto, as fontes históricas são produções humanas e apontam para a inesgotabilidade enquanto tal. Porém, não é a origem do fenômeno histórico: "As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a

reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado” (Saviani, 2004, p. 5). Observa ainda o autor que os documentos, os vestígios, os indícios e toda a miríade de objetos produzidos pelo homem não são fontes em si mesmos, mas se constituem enquanto tal pela operação historiográfica, movida por uma questão, um problema (Saviani, 2004).

Assim, os documentos selecionados por Moacyr tornam-se fontes, subsídios para a história da educação. Mobilizados pelo autor que, indubitavelmente, tinha em mente um objetivo, um problema, uma questão a ser elucidada. Mesmo não explicitado, o propósito que o moveu a recolher vasta documentação configurou critérios, estabeleceu limites e delineou posições políticas quanto à educação brasileira, particularmente no quesito ação do Estado.

À primeira vista, a concepção de história de Primitivo Moacyr se aproxima muito de um historicismo atrelado a uma concepção de verdade, ou a uma história oficial, perfilada nos artigos que compõem a legislação educacional e nos resultados, justificativas e propósitos componentes dos relatórios produzidos pela esfera executiva. Dessa forma, afasta-se do modelo preconizado pelos ensaístas a ele contemporâneos. Porém, está afinado com a corrente historiográfica ainda presente no Brasil, a qual valoriza em último grau o documento oficial, portador de um discurso de verdade. Mas podemos considerar que esta era a ‘verdade’ buscada por Moacyr: as ações do Estado em prol da educação brasileira. E onde mais encontraria essa ‘verdade’ senão nos documentos oficiais?

A formação – Moacyr e a instrução republicana

No seu primeiro livro – *O ensino público no Congresso Nacional: breve notícia* (MOACYR, 1916), de 1916, provavelmente impresso na Typographia do Jornal do Comércio, inicia e finaliza com o tema da ‘desoficialização’ do ensino, tomando a posição de ‘homem de estado’, bem como daquele que compreende o ensino como responsabilidade governamental. São traços assim que permitem a autores como Cardoso (2002) afirmarem a preferência que Moacyr dá ao ensino primário em detrimento do ensino superior.

Em relação ao ensino primário, a educação fundamental, Primitivo Moacyr deixa claro ao longo de toda a sua obra, que o considerava o mais importante nível de ensino e aquele ao qual o poder público deveria dedicar maior atenção. Muitas vezes lamentou a pouca atenção que os diferentes governos, tanto do Império quanto da República, dispensaram ao ensino primário (Cardoso, 2002, p. 918).

Como ‘homem de estado’, Primitivo Moacyr, em *O ensino público no Congresso Nacional: breves notícias* (1916), exaltava as ações do regime republicano para “[...] as cousas do ensino público [...]”, afirmando que “[...] a sua operosidade tem sido copiosa” (Moacyr, 1916, p. 5). Porém, isso não o impede de expor os acalorados e, por vezes, inúteis debates e o arquivamento ou a inexecutabilidade de inúmeras legislações. Assim como nos livros nos quais trata da instrução no Império, nos volumes sobre o período republicano, cuida de dar visibilidade às iniciativas do Estado em prol da instrução pública e às tensões presentes no campo como subsídio para compreender o estágio educacional em que se encontrava a nação brasileira: pré-requisito fundamental para o avanço cultural, ou seja, o ‘movimento de renovação educacional’.

Este movimento, no campo político, correspondeu ao Estado Novo. Não desconsideramos o discurso valorativo implícito na denominação ‘Estado Novo’. Tal denominação encerra um jogo de forças, “[...] um ato de poder, como os historiadores sabem por dever de ofício[...]”, afirmam Gomes e Abreu (2009, p. 1). Porém, temos como hipótese que a publicação dos livros de Moacyr se inscreve nesse “[...] ambicioso projeto político-cultural [...]” que cercou as ações governamentais, conforme as mesmas autoras anunciam (Gomes & Abreu, 2009, p. 2).

O Estado Novo e seus ideólogos conseguiram trazer para si todos os méritos da criação de um país de todos, unificado político e culturalmente, através da construção de um povo mestiço, em termos festivos e musicais, tanto no samba e no carnaval, como em diversas manifestações folclóricas de todas as partes do país. O governo Vargas e a década de 1930 passaram a representar, na memória nacional, um momento de ruptura do passado cultural brasileiro. A valorização da música popular, do carnaval e até mesmo da capoeira – tudo nos faz crer – precisava esperar esses novos tempos (Gomes & Abreu, 2009, p. 9).

Consoante esse projeto, é notório o movimento de âmbito nacional em defesa da escola pública a partir dos anos 30. E não se trata de mera coincidência a concomitância com o desenvolvimento capitalista, articulando urbanização e industrialização. A ampliação da estrutura produtiva implicava demandas sociais variadas, dentre elas, a correspondência no campo educacional. Enfim, de quem era a responsabilidade pela educação? Para Moacyr, esta responsabilidade compete ao Estado; e o governo Vargas não se negou a exercer essa função. Sanfelice (2007, p. 543) observa “[...] um Estado cada vez mais educador do

povo [...]”, a começar pela Reforma Francisco Campos, passando pelas Leis Orgânicas dos anos 40, a Constituição de 1946, até desaguar na LDB de 1961.

Desde 1834, conviviam-se com a descentralização da oferta dos serviços educacionais no Brasil nos níveis elementar e secundário, tornando supérflua a existência de um órgão nacional que tratasse das questões gerais do ensino. Entretanto, nos primeiros anos da República, não foram poucas as vozes de oposição, clamando por uma solução de continuidade que só seria possível com a presença mais firme do Estado brasileiro. Moacyr apresenta muitas dessas vozes no trabalho de 1916, explicitando que o debate da ‘desoficialização’ do ensino foi encabeçado pelo Apostolado Positivista. Referindo-se ao discurso do deputado Anysio de Abreu (Piauí), manifesta-se:

E com este discurso, abundantemente documentado, encerrou-se um dos mais memoráveis debates da Câmara. E o projeto foi aprovado sem emendas. As idéias positivistas, corporificadas nas emendas do Sr. Erico Coelho, só mais tarde, 17 anos depois, graças a uma época de atordoamento nacional, tornaram-se realidades [...] por três anos apenas (Moacyr, 1916, p. 40).

Podemos observar a ideia de um órgão central numa outra dimensão – um centro de estudos –, implícita em muitos eventos como a Exposição Pedagógica, de 1883. Entre uma e outra, a propositura de Rui Barbosa. Antes mesmo de 1889, Rui Barbosa já apresentava tal propositura. Segundo Lourenço Filho (2005, p. 181), “Não desejava ele apenas um órgão colegiado, mas outro também que servisse à documentação e à difusão de novas idéias sobre o ensino, com investigação de seus problemas na vida nacional”. Respondia a essas mesmas necessidades, ou seja, ampliar o conhecimento e a compreensão do percurso educacional brasileiro, outras iniciativas como a criação da Diretoria Geral de Estatística (DGE) e o *Pedagogium*: “[...] um órgão propulsor de reformas e melhoramentos de que carecesse a educação nacional” (Lourenço Filho, 2005, p. 181).

Em meados dos anos 30, com a criação do Ministério de Educação e Saúde, o Ministro Gustavo Capanema preparou um projeto dando origem à Lei 378, de 13 de janeiro de 1937, criando o Instituto Nacional de Pedagogia, com a missão de realizar pesquisas sobre os problemas do ensino nos seus diferentes aspectos. Em 1938, o Decreto Lei n. 580, de 30 de julho, alterou o nome do órgão para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. A exposição de motivos desse projeto é assim expressa por Lourenço Filho (2005):

Não possui, ainda, o nosso país um aparelho central destinado a inquirir, estudos, pesquisas e demonstrações, sobre os problemas do ensino, nos seus diferentes aspectos. É evidente a falta de um órgão dessa natureza, destinado a realizar trabalhos originais nos vários setores do problema educacional, e, ao mesmo tempo, a recolher, sistematizar e divulgar os trabalhos realizados pelas instituições pedagógicas, públicas e particulares. Além disso, incumbir-se-á de promover o mais intenso intercâmbio no terreno das investigações relativas à educação, com as demais nações em que este problema esteja sendo objeto de particular cuidado de parte dos poderes públicos ou das entidades privadas (Lourenço Filho, 2005, p. 181).

Uma das funções do instituto era organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas. Entretanto, não havendo técnicos suficientes para cuidar dos assuntos propriamente pedagógicos, foi necessário ocupar pesquisadores externos. A documentação recolhida pelo INEP abrangia dados estatísticos e um e mentário geral da legislação sobre o ensino e a educação, a partir dos primeiros atos do Reino Unido. Segundo Lourenço Filho,

O aspecto propriamente histórico encontrou um colaborador espontâneo na figura do inesquecível pesquisador Primitivo Moacyr, auxiliado, com rara dedicação, pelo Dr. Rui Guimarães de Almeida, também infelizmente já desaparecido. A ambos se deve a publicação da obra *A Instrução e a República*, em sete volumes, que o Inep editou nos anos de 1941 e 1942 (Lourenço Filho, 2005, p. 183).

Para Lourenço Filho, portanto, Moacyr foi um prestimoso colaborador do INEP, o que lhe teria valido, então, a publicação dos sete volumes de *A instrução e a República* (MOACYR, 1941) pela Imprensa Oficial. Quanto à coautoria, não dispomos de outra fonte que confirme esta informação. Por outro lado, é importante mencionar que, simultaneamente à publicação pela Imprensa Oficial, outros livros de Moacyr continuavam sendo publicados pela Companhia Editora Nacional.

Segundo Venâncio Filho (1943), a publicação pela Imprensa Nacional respondia à compreensão de Moacyr de que seus livros não representavam tanto interesse econômico.

Escrupuloso, Primitivo Moacyr não quis continuar aí [Companhia Editora Nacional] sua obra, por certo de reduzido interesse econômico. Encontra na clarividência de educador do professor Lourenço Filho o oferecimento oficial do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que logo inicia a publicação do período republicano (Venâncio Filho, 1943, p. 96).

Os volumes sobre o período republicano começam pelas reformas de Benjamin Constant (1890) até a reforma Rocha Vaz (1930). Organizado de forma temática, os sete volumes foram publicados entre 1941 e 1944. O 5.º volume – Reformas João Luiz Alves e Rocha Vaz (1925-1930) – foi publicado após sua morte. Tais reformas tratavam do ensino secundário e, nesse volume, constam inúmeras apreciações dos educadores acerca desse nível escolar, bem como as respostas de outros tantos a um questionário encaminhado pela ABE. Fazia parte do plano dessa coleção um volume sobre as universidades, que não veio a público.

Além do aspecto temático, essa coleção apresenta outras particularidades como, por exemplo, referências bibliográficas. Para o volume 1, essas referências se limitam às fontes documentais pesquisadas; porém, para o volume 4 – Reformas Rivadavia e C. Maximiliano (1911-1924), Moacyr informa vinte e cinco títulos na bibliografia educacional. Trata-se de outro indício acerca da importância do tema da ‘desoficialização’ do ensino. Apenas para os volumes sobre o ensino secundário e o ensino agrônomo não constam referências ou fontes.

Nos dois volumes dedicados à instrução pública em São Paulo, na primeira década republicana, Moacyr trata dos vários níveis de ensino – primário, secundário e superior, incluindo as especificidades dos cursos normal, agrícola e artístico. Para o nível superior, aborda a escola politécnica, o ensino médico e o jurídico. Nas referências bibliográficas ao final de cada volume, indica as fontes pesquisadas – os Anais do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, a Coleção de Leis do Estado de São Paulo e relatórios dos Secretários do Interior e do diretor geral da instrução. Dentre as obras de ordem mais geral, cita *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite. Para a província de São Paulo, faz referência a três títulos: *Um Retrospecto (subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo)*, do Professor João Lourenço Rodrigues, de 1930; *O ensino em São Paulo*, de José Feliciano de Oliveira, artigo publicado na Revista Educação, em 1932, e *Cronologia Paulista*, de Jacinto Ribeiro. Os dois volumes foram publicados pela Companhia Editora Nacional.

Andréa Dantas (2001), ao tratar do projeto editorial do INEP, discorre sobre o formato e o conteúdo do boletim mensal, publicado com o título de ‘Subsídios para a história da educação brasileira’. O boletim mensal divulgava a legislação federal da educação e informações gerais sobre o desenvolvimento da educação no país e no estrangeiro, ampliada com a inclusão das legislações

estaduais. Esse periódico foi publicado de 1940 a 1944, sendo substituído pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Para essa pesquisadora, a justificativa para a criação dos ‘Subsídios’, ou seja, dos boletins, apoiava-se

[...] na intenção de criar uma memória educacional do país centrada no arrolamento de atos legais. A organização da memória legislativa informa o leitor muito mais sobre as providências administrativas tomadas pelo poder público, no âmbito federal e estadual, do que o registro de ocorrências restritas ao campo pedagógico (Dantas, 2001, p. 131).

Quando Moacyr passa a integrar o quadro do INEP como pesquisador, já havia publicado os seis volumes sobre a instrução no período imperial, utilizando o termo ‘subsídio’ no subtítulo desses volumes. Pelas descrições que Dantas faz sobre o boletim do INEP, outras semelhanças e coincidências com os livros de Moacyr podem ser identificadas. Ou seja, a forma como a evolução da educação brasileira aparece nos boletins é semelhante à organização dada por *Primitivo Moacyr* nos volumes já então publicados na Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional. Lourenço Filho relata

[...] o esforço para coligir toda a documentação referente à educação nos períodos anteriores à República, além do preparo para a utilização destas informações.

[...] com a desinteressada colaboração do Dr. Primitivo Moacyr, a quem já se deviam excelentes estudos sobre o ensino no império, vêm este Instituto ultimamente publicando a obra ‘a Instrução e a República’, de que já se tiraram quatro volumes, e que se tirarão mais três (INEP, 1942 apud Dantas, 2001, p. 132).

Dantas (2001) defende a hipótese de que Moacyr não foi chamado para publicar uma obra que já estava finalizada e que era de interesse do Instituto divulgar. O convite adveio de sua excelência na sistematização de dados, pois o INEP possuía esses dados e eram necessárias sua organização e ordenação. Reconhece que a forma como os registros presentes no boletim mensal ‘Subsídios para a História da Educação Brasileira’ do INEP guarda muito do modo como Primitivo Moacyr organiza os dados referentes às províncias. Acrescenta, então, que tais ocorrências educacionais remetem à hipótese de que ao dispor, no boletim mensal do Instituto, as informações oriundas dos estados do mesmo modo como estas são apontadas nas publicações organizadas por Primitivo Moacyr, Lourenço Filho está referendando o formato com que o primeiro produz história da educação (Dantas, 2001).

Considerações finais

É inegável a elevada contribuição de Primitivo Moacyr para a consolidação do ideal pretendido com a criação do INEP, subliminarmente presente na defesa da educação como ciência: era preciso conhecer o que já se havia feito para lançar as bases do futuro. Considerando que a educação brasileira sempre foi pensada no campo estatal, ao ter seus livros publicados pela Imprensa Nacional, Primitivo Moacyr se colocou ao amparo do Estado, dando continuidade ao trabalho que já vinha desenvolvendo no INEP.

Inscrita numa historiografia bem próxima da corrente valorizada pelo IHGB e apadrinhada por instituições como a Companhia Editora Nacional e o INEP, entendemos a produção moacyrniana inserida numa chave que estimula o conhecimento como requisito para o desenvolvimento, ou seja, a ciência a serviço do progresso. Nesse sentido, considerando os contatos de diferentes intensidades com os componentes da ‘trindade cardinalícia’ da Escola Nova no Brasil, não é demais entender Moacyr como porta-voz dos escolanovistas, signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), os quais, dentre outros pleitos, defenderam no manifesto o ‘preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa’ como ‘fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade’. Criticavam o ‘empirismo grosseiro’ característico das ações educativas do estado brasileiro até então, enaltecendo ‘o tratamento científico dos problemas da administração escolar’.

Empirismo este que Moacyr não se cansou de exemplificar em suas obras e que Anísio Teixeira (1938) tão bem resumiu - fartos em ideias e pecos em realização – e o próprio Afrânio Peixoto (1936) também se expressou: O Brasil é principalmente Brasil, em educação.

Assim, compreendemos que a produção bibliográfica de Primitivo Moacyr não foi fortuita; ao contrário, acusa intencionalidade. Para tanto, contribuiu, e muito, as sociabilidades possibilitadas pelo trabalho desenvolvido na Câmara dos Deputados e a familiarização com a documentação parlamentar e do Estado. O interesse pelos assuntos educacionais posto a público com o livro de 1916 – *O ensino público no Congresso Nacional: breve notícia* o aproximou, dentre outros motivos, de intelectuais e educadores do calibre de Afrânio Peixoto, Lourenço Filho e Anísio Teixeira.

Respondeu a um propósito, a um convite, mesmo que não formulado oficialmente, mas

estimulado por aqueles com os quais convivia, pelo ambiente que frequentava, pela percepção do interesse que poderia promover a divulgação de uma coletânea de documentos organizados, sistematizados, sobre o que já se havia produzido sobre a história da educação. Daí a confiança expressa no subtítulo dos livros – *subsídios para a história da educação no Brasil*, ou mesmo pela saudação de Afrânio Peixoto no 1.º volume publicado. Não por acaso, a matriz moacyrniana de apresentar a legislação brasileira como subsídio para a história da educação no Brasil foi tomada por Lourenço Filho como modelo para a memória educacional.

Primitivo Moacyr não pretendeu fazer uma ‘interpretação’ do Brasil. Não foi um ensaísta, mas um historiador. Não só estava atualizado com a concepção historiográfica predominante em sua época – a história documental –, como também foi um precursor no campo da história da educação brasileira ao dar visibilidade à profusa e inoperante legislação educacional.

Referências

- Brasil. (1930). Decreto nº 19.444, de 1 de dezembro de 1930. Dispõe sobre os serviços que ficam e cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 de dez. 1930. Seção 1, p. 22907.
- Brasil. (1937). Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. In *Coleções de Leis do Brasil* (Vol. 1, p. 12). Brasília, DF.
- Brasil. (1938). Decreto Lei nº 580, de 30 de julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. In *Coleção de Leis do Brasil* (Vol. 3, p. 67). Brasília, DF.
- Cardoso, T. M. R. F. L. (2002). Primitivo Moacyr. In M. L. A. Fávero, & J. M. Britto (Orgs.), *Dicionário dos educadores no Brasil* (p. 916-920). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ.
- Carvalho, R. A., & Mesquita, I. M. (2013). O ensino público no Congresso Nacional: breve notícia de Primitivo Moacyr. In R. A. Carvalho, & I. M. Mesquita (Orgs.), *Clássicos da educação brasileira* (Vol. III). Belo Horizonte, MG: Mazza.
- Cury, C. R. J. (2005). A educação nas constituições brasileiras. In M. Stephanou, & M. H. C. Bastos (Orgs.), *Histórias e memórias da educação no Brasil* (Vol. III, p. 17-28). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Dantas, A. M. L. (2001). *A urdidura da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nos bastidores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: a gestão Lourenço Filho (1938-1946)* (Tese de Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Gomes, A. C., & Abreu, M. (2009). A nova Velha República: um pouco de história e historiografia. *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, 13(26), 1-14.

- Lourenço Filho, M. B. (2005). Antecedentes e primeiros tempos do INEP. *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*, 86(212), 179-185.
- Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. (1932). Recuperado de: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf
- Moacyr, P. (1916). *O ensino público no Congresso Nacional: breve notícia*. Rio de Janeiro, RJ.
- Moacyr, P. (1936). *A Instrução e o Império (subsídios para a história da educação no Brasil) – 1823-1853* (Vol. I). São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.
- Moacyr, P. (1937). *A Instrução e o Império (reforma do ensino) – 1854-1888* (Vol. II). São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.
- Moacyr, P. (1938). *A Instrução e o Império – 1854-1889* (Vol. III). São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.
- Moacyr, P. (1939). *A Instrução e as Províncias (subsídios para a história da educação no Brasil) – 1834-1889* (Vols. I e II). São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.
- Moacyr, P. (1940). *A Instrução e as Províncias (subsídios para a história da educação no Brasil)* (Vol. III). São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.
- Moacyr, P. (1941). *A Instrução e a República* (7 Vol.) Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Oficial.
- Oliveira, L. A. (2014). *Tessituras do ensino público: a unidade em Primitivo Moacyr (1910-1930)* (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Peixoto, J. A. (1936). Prefácio. In. P. Moacyr. *A Instrução e o Império (subsídios para a história da educação no Brasil) – 1823-1853* (Vol. I, p. 8). São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.
- Sanflice, J. L. (2007). O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história. *Educação e Sociedade*, 28(99), 542-557.
- Saviani, D. (2004). Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In J. C. Lombardi, & M. I. M. Nascimento (Orgs.), *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Teixeira, A. (1938). Prefácio. In. P. Moacyr. *A Instrução e o Império – 1854-1889* (Vol. III). São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.
- Velloso, M. P. (1987). *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil.
- Venâncio Filho, F. (1943). Primitivo Moacyr e a história da educação. *Cultura Política*, (24), p. 94-97.

Received on June 12, 2015.

Accepted on August 5, 2015.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.